

**EDITAL Nº 003/CCEI, 22 DE MAIO DE NOVEMBRO DE 2014.**  
**PROCESSO ELEITORAL PARA COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO A**  
**PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS DO CAMPUS CEILÂNDIA – 1º**  
**SEMESTRE/2014**

O DIRETOR GERAL DO CAMPUS CEILÂNDIA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, Professor **TARCÍSIO ARAÚJO KUHN RIBEIRO**, nomeado pela Portaria IFB N.º48, publicada no Diário Oficial da União em 17 de janeiro de 2014, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto na Resolução 24/2013/CS-IFB e a Portaria N.º 783 de 19 de Maio de 2014, que instituiu a Comissão de Processo Eleitoral do *Campus* Ceilândia, para o ano de 2014, torna público que estão abertas, de 26 a 27 de maio de 2014, as inscrições do Processo Eleitoral para Coordenação do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas do *Campus* Ceilândia.

Art. 1º Este edital abre o processo eleitoral para coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE do *campus* Ceilândia em conformidade com a Resolução 24-2013/CS-IFB além de estabelecer normas e orientações para sua efetivação.

Art. 2º O pleito para o NAPNE será para ocupar o cargo de coordenador, ou seja, 01 (uma) vaga.

Art. 3º Os demais postos do NAPNE serão preenchidos por adesão, em respeito ao Art. 6º, §3º da Resolução 24/2013/CS-IFB.

Art. 4º Os interessados em concorrer à eleição para coordenação do NAPNE deverão requerer registro de candidatura junto à Comissão Eleitoral do NAPNE/CCEI mediante requerimento de registro de candidatura (ANEXO I), junto à comissão eleitoral do *Campus* Ceilândia.

Art. 5º O sufrágio é universal e o voto, direto e secreto, em eleição de único turno.

Art. 6º Para assegurar o sigilo do voto, incumbe à Comissão Eleitoral utilizar cédulas oficiais confeccionadas e rubricadas pelos membros da Comissão.

Art. 7º A Comissão Eleitoral constituirá entre seus membros de acordo com a Portaria nº 783 de 19 de Maio de 2014 a mesa receptora na eleição.

Art. 8º Será constituída uma única Mesa Receptora no *campus* Ceilândia, disposta em local de fácil acesso e visibilidade dos eleitores e, ao lado, disponibilizada uma cabine de votação suficientemente ampla e indevassável, onde o eleitor deverá assinalar, na cédula, apenas um candidato de sua preferência e, em seguida, dobrá-la e depositá-la na urna.

Art. 9º Na Mesa Receptora, haverá um presidente, um mesário e um secretário.

Art. 10º Não poderão ser nomeados membros da Mesa Receptora os candidatos, seus parentes e/ou cônjuges e fiscais indicados pelos candidatos.

Art. 11º Os eleitores nomeados para compor a Mesa Receptora e/ou requisitados para auxiliar seus trabalhos serão dispensados do serviço, mediante declaração expedida pela Comissão Eleitoral, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação.

Art. 12º Os componentes da Mesa serão dispensados de suas atividades normais na Instituição no dia e hora que forem designados.

Art.13 Em caso de ausência ou impedimento do presidente, assumirá a presidência o mesário e, na sua falta ou impedimento, o secretário.

Art. 14º Ao Presidente da Mesa Receptora incumbe:

- I- receber os votos dos eleitores;
- II- sanar, imediatamente, todas as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem;
- III- manter a ordem;
- IV- comunicar ao presidente da Comissão Eleitoral toda e qualquer ocorrência de irregularidades;
- V- rubricar as cédulas oficiais;
- VI- anotar, ao final da votação, o não comparecimento do eleitor na lista de votantes;
- VII- lacrar e transportar as urnas ao local de apuração dos votos.

Art. 15º Ao mesário incumbe:

- I- identificar o eleitor e colher a sua assinatura na lista de votação;
- II- rubricar as cédulas oficiais;
- III- auxiliar o presidente e executar as tarefas que este lhe determinar; e
- IV- assinar a ata lavrada pelo secretário da Mesa.

Art. 16º Ao secretário incumbe:

- I- lavrar a ata da eleição;
- II- rubricar as cédulas oficiais; e
- III- auxiliar o presidente e o mesário para a manutenção da boa ordem dos trabalhos.

Art. 17º Cada candidato poderá manter apenas um fiscal.

Art. 18º O Fiscal deve ser indicado na ocasião em que o candidato realizar sua inscrição para concorrer ao pleito.

Art. 19º Os Membros da Mesa estão impedidos de atuar como fiscais.

Art. 20º A mesa receptora pode, devido a eventualidades justificadas em ata, trocar seus membros desde que estes façam parte da Comissão Permanente de Processo Eleitoral do *Campus Ceilândia* indicados na portaria supracitada.

Art. 21º A Comissão Eleitoral providenciará, pelo menos 30 minutos antes do início da votação, o seguinte material:

- I- relação dos servidores efetivos lotados e em exercício no *campus Ceilândia*, únicos eleitores habilitados a participarem da votação;
- II- urna vazia, lacrada pelo presidente, à vista dos componentes da mesa;
- III- cédulas oficiais; e
- IV- outros materiais que forem necessários para o regular funcionamento da mesa.

Art. 22º Os eleitores com deficiência visual poderão utilizar qualquer dispositivo ou meio autorizado pela Mesa para o exercício do seu direito de voto.

Art. 23º As votações acontecerão em dia de expediente normal do *campus* Ceilândia, iniciadas às 9hs até as 12hs no turno matutino e às 14hs e terminada às 16hs no turno Vespertino, pontualmente e sem qualquer interrupção.

Art. 24º Encerrada a votação, caberá ao presidente da Mesa:

I- vedar a urna, rubricando-a juntamente com os demais membros da Mesa;

II- ordenar ao secretário que lavre a ata da eleição, fazendo constar:

a) os nomes dos membros da Mesa Receptora;

b) o número de eleitores que compareceram e votaram, assim como o número de ausentes; e

c) lacrar e transportar as urnas à sala designada pela Comissão Eleitoral para apuração dos votos no *campus* Ceilândia.

III- entregar as urnas e os documentos do ato eleitoral ao presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 25º No caso de suspensão da votação por motivo de força maior, o presidente da Mesa deverá:

I- vedar a urna;

II- lavrar a ata, que será imediatamente fixada em local visível para conhecimento da comunidade; e

III- recolher o material remanescente.

Art. 26º A apuração dos votos será realizada no *campus* Ceilândia por uma Junta Apuradora designada para tal pela Comissão Eleitoral e terá início ao final da votação.

Art. 27º As cédulas oficiais, à medida que forem sendo abertas, serão exibidas, examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da Junta Apuradora, cabendo-lhe assinalar na cédula em branco o termo "em branco".

Art. 28º A junta apuradora será composta por membros da Comissão Permanente de Processo Eleitoral, e será dirigida pelo Presidente da mesa receptora.

Art. 29º O fiscal de cada candidato poderá participar da contagem de votos em sua condição natural, não podendo interferir no processo.

Art. 30º Serão considerados nulos os votos assinalados em cédulas que:

I- não corresponderem às oficiais;

II- não estiverem devidamente rubricadas;

III- contiverem expressões, frases ou quaisquer sinais alheios à votação;

IV- houver a indicação de mais de um nome;

V- estiverem rasuradas; e/ou

VI- contiver a marcação "voto nulo".

Art. 31º- Cada eleitor deverá assinalar a opção por um único candidato na cédula de votação, sendo considerado nulo o voto em mais de um candidato.

Art. 32º- Concluída a contagem dos votos, a Junta Apuradora fará a classificação dos candidatos em ordem decrescente de votação para fins de proclamação dos eleitos.

Art. 33º- Ao final do processo de apuração caberá ao presidente da Mesa Receptora apresentar a ata ao presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 34º Concluída a contagem e contabilizados os votos será considerado eleito o candidato(a) mais votado(a).

Art. 35º Contra ato da Comissão Eleitoral Permanente caberá recurso.

Art. 36º Os pedidos de reconsideração e impugnação, devidamente fundamentados serão recebidos pelo Presidente da comissão do *campus* Ceilândia até as 16hs do dia útil subsequente ao dia de votação.

Parágrafo único. Serão apreciados os recursos e/ou impugnações até o último dia útil que anteceder ao dia de publicação do resultado final das eleições.

Art. 37º As decisões da Comissão Eleitoral, no que se refere ao artigo anterior, deverão ser fundamentadas, sob pena de nulidade, e comunicadas aos interessados no prazo de 01 (um) dia útil, contados do seu recebimento.

Art. 38º Serão anunciados os resultados preliminares às 17h do dia da votação, proclamados pelo Presidente da Comissão Eleitoral em mural no *campus*, pelo e-mail institucional, e quando possível no site do IFB.

Art. 39º Serão anunciados os resultados finais até o segundo dia útil após a eleição, às 12hs, proclamados pelo presidente da Comissão Eleitoral em mural no campus, pelo e-mail institucional, e quando possível no site do IFB.

Art. 40º O Presidente da Comissão Eleitoral encaminhará ao Diretor Geral do *campus* Ceilândia, para as providências necessárias, a Ata com o resultado final, no primeiro dia útil subsequente após a divulgação do resultado final, bem como o relatório do processo eleitoral.

Parágrafo único. Em caso de empate, vencerá o candidato que tiver mais tempo de serviço no IFB e, na persistência, o mais idoso.

Art. 41º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, salvo os decorrentes da incúria ou abuso de autoridade por parte dela, que serão submetidos à apreciação da Direção do Campus.

Art. 42º Integram este edital os ANEXOS I (Requerimento de Registro de Candidatura) e II (Cronograma Eleitoral).

Ceilândia-DF, 22 de Maio de 2014.

**TARCÍSIO ARAÚJO KUHN RIBEIRO**  
Diretor Geral do *Campus* Ceilândia-IFB  
Portaria IFB N.º48, publicada no DOU em 17/01/2014

ANEXO I - REQUERIMENTO PARA REGISTRO DE CANDIDATURA

Ao Presidente da Comissão Eleitoral Permanente do *Campus* Ceilândia.  
Nesta.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_,  
(servidor) (cargo)

MATRÍCULA SIAPE \_\_\_\_\_, solicita o registro de sua candidatura para o NAPNE no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB do *Campus* CEILÂNDIA.

Na ocasião indica \_\_\_\_\_,  
(nome)

portador do CPF nº \_\_\_\_\_ para atuar junto a mesa receptora e junto a Comissão Eleitoral Permanente, no momento de apuração dos votos, na qualidade de FISCAL.

Nestes Termos  
Pede Deferimento.

Ceilândia-DF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_  
Servidor

Espaço reservado à Comissão Eleitoral Permanente:

( ) Homologado  
( ) Não Homologado. Motivo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Ceilândia-DF, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Assinatura do Presidente da CEP 1) \_\_\_\_\_

Assinatura do Vice-Presidente da CEP 2) \_\_\_\_\_

Assinatura de Membro da CEP 3) \_\_\_\_\_

ANEXO II – CRONOGRAMA ELEITORAL

Data de Publicação do Edital de Abertura.	23 de maio de 2014.
Período de Inscrições.	26 a 27 de maio de 2014.
Data e local de divulgação da Prévia das Inscrições.	28 de maio de 2014 no e-mail institucional e mural.
Data, horário e local de apresentação dos recursos interpostos para inscrições não homologadas.	Até as 16h do dia 29 de maio de 2014 no protocolo do <i>Campus Ceilândia</i> até as 17hs.
Data e local de divulgação das inscrições homologadas.	30 de maio de 2014 no e-mail institucional.
Período de Campanha Eleitoral.	02 a 04 de junho de 2014
Data, local e horário do início da votação.	05 de junho de 2014, das 9hs a 12:00, e das 14h às 16h no <i>hall</i> de entrada do <i>Campus Ceilândia</i>
Data, local e horário da apuração dos resultados da votação.	05 de junho de 2014, às 17h, na sala de aula teórica do <i>Campus Ceilândia</i>
Data, local e horário para interposição dos recursos da votação.	06 de dezembro de 2013 no protocolo do <i>Campus Ceilândia</i> até as 17hs.
Data de divulgação do resultado final da votação.	09 de junho de 2014 no Site do IFB
Encaminhamento da ata com resultado final ao Diretor geral do <i>campus Ceilândia</i> .	10 de junho de 2014